

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ENTRE:

PRIMEIRA OUTORGANTE: *Freguesia de Raposa,* com sede em Largo D. Nuno Álvares Pereira, 2080-701 Raposa, Almeirim, pessoa coletiva pública nº 501 305 203, representada neste ato pela Presidente da Junta de Freguesia, Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro, que outorga de harmonia com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e no nº 3 do artigo 106º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Ε

SEGUNDA OUTORGANTE: Waysegur, Mediação de Seguros Lda., com sede na Rua Dr. Rui Grácio, nº 8, 1º Esquerdo, 2610-065 Amadora, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de pessoa coletiva 513 674 209, representada neste ato por Diana Isabel Cordeiro Senhorinho, na qualidade de procurador, com poderes para o ato conforme decorre da certidão permanente do registo comercial com o código de acesso nº que fica arquivado. ---



Cláusula 1^a

Objeto

O presente contrato contém as cláusulas que regem a prestação de serviços, celebrado na sequência de procedimento de ajuste direto, para as funções e pelo preço e demais condições específicas constantes na cláusula segunda que deste contrato faz parte integrante.

Cláusula 2ª

Obrigações da Segunda Outorgante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais: Serviços de seguros de acidente no trabalho e doenças profissionais; Serviços de seguros de Edifícios; Serviços de seguros de automóveis; Serviços de seguros de eleitos locais. -------

Cláusula 3ª

Forma de Prestação do Serviço

- 1 A prestação de serviço deverá realizar-se na sede da segunda outorgante; ------

Cláusula 4ª

Prazo da Prestação de Serviço

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a manter a prestação dos serviços objeto do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, desde a data da assinatura do contrato conforme estipulado na Cláusula 3ª do Caderno de Encargos. ------



Cláusula 5ª

Preço Contratual

| 1 - O preço contratual de € 12.994,47 (doze mil, novecentos e noventa e quatro euros |
|---|
| e quarenta e sete cêntimos) |
| 2 - O valor indicado no número 1 da presente Cláusula será faturado após a assinatura |
| do contrato e logo após aceitação da fatura, em harmonia com o previsto na Cláusula |
| 10ª e na Cláusula 11ª do Caderno de Encargos |
| 3 - A fatura deve ser remetida via correio ou por e-mail, para a morada retro indicada, |
| ou ainda entregue pessoalmente nos serviços de contabilidade da Junta de Freguesia |
| da Raposa devendo conter os seguintes elementos: Freguesia da Raposa; Número do |
| contrato; Número do compromisso; e Identificação do objeto e prestação a que |
| respeita |

Cláusula 6ª

Objeto do Dever de Sigilo

| 1 - A segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação | | | | |
|--|--|--|--|--|
| documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Freguesia de | | | | |
| Raposa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do | | | | |
| contrato | | | | |
| 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem se | | | | |
| transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que | | | | |
| não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato | | | | |
| 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossen | | | | |
| comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário | | | | |
| ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial o | | | | |
| a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativa | | | | |
| competentes | | | | |



Cláusula 7^a

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8^a

Condições de Pagamento

Cláusula 9^a

Sanções Contratuais e Resolução

Penalidades Contratuais

- 1 No caso do segundo outorgante não prestar os serviços conforme o previsto no contrato, a primeira outorgante, reserva-se no direito de resolver o contrato, podendo, contudo, se assim o julgar conveniente, permitir a prestação dos serviços, ficando nesse caso a adjudicatária sujeito a uma restituição de valor, correspondente a 5% da respetiva fatura.
- **2 -** As sanções pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a primeira outorgante exija ao Fornecedor uma indemnização pelo dano excedente. ------
- **3** Em função da gravidade do incumprimento, nomeadamente da duração do incumprimento, da eventual reiteração, do grau de culpa do segundo outorgante das



consequências do incumprimento, o primeiro outorgante poderá, de modo fundamentado, eximir o fornecedor do pagamento da multa prevista no nº 1. ------

Cláusula 10^a

Resolução por Parte da Entidade Contratante

| 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, pode a entidade |
|---|
| contratante resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do segundo |
| outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe |
| incumbem, designadamente quando o mesmo não cumprir integralmente as |
| condições e obrigações deste caderno de encargos |
| 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração |
| enviada à segunda outorgante |

Cláusula 11^a

Dispensa de Caução

Foi dispensada a prestação de caução como garantia, nos termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 28 de janeiro.

Cláusula 12ª

Gestor do Contrato

| A entidade pública adjudicante, no | os termos e para os efeitos do artigo 290º-A do CCP, |
|------------------------------------|--|
| designa como gestor do contrato | |
| | |

Cláusula 12ª

Foro Competente

| 1 | - | Para | todas | as | questões | emergentes | do | contrato | será | competente | 0 | Tribunal |
|----|----|--------|----------|-------|--------------|------------|----|----------|------|------------|---|----------|
| Αc | ln | ninist | rativo e | e Fis | scal de Lisk | ooa | | | | | | |

2 - O presente contrato é feito em dois exemplares, ambos valendo como originais,



| os quais vão ser assinados pelas partes sendo um exemplar entregue a cada uma |
|--|
| delas |
| 3 - O presente contrato é regulado pela legislação portuguesa e comunitária e pelas |
| disposições constante do Código dos Contratos Públicos |
| 5 - O encargo total que resulta para a Freguesia de Raposa tem cabimento na rúbrica |
| económica 01.03.09.01.00 e 02.02.12.00.00, orgânica 01.0, do Orçamento em vigor, |
| conforme documentos de cabimento n ^{os} 105 e 106 documentos de compromisso n ^{os} |
| 121 a 131 |

Raposa, 14 de fevereiro de 2025

A Primeira Outorgante

Assinado por: **Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro**Num. de Identificação:
Data: 2025.02.18 09:53:14+00'00'





Assinado por: Diana Isabel Cordeiro Senhorinho Identificação: Data: 2025-02-20 às 11:33:24